PLANO DE ARBORIZAÇÃO DA CIDADE DO RECIFE

PREFEITURA DO RECIFE
Secretaria de Meio Ambiente

PLANO DE ARBORIZAÇÃO DA CIDADE DO RECIFE

RECIFE, JUNHO 2010

PREFEITO DO RECIFE

João da Costa

VICE-PREFEITO

Milton Coelho

SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE

Roberto Arrais

DIRETOR DE MEIO AMBIENTE

Durázio Siqueira

EQUIPE TÉCNICA:**Coordenação**

Durázio Siqueira - Diretor de Meio Ambiente - Dirmam/SEMAM

Elaboração

Maurício Guerra - Analista de Desenvolvimento Ambiental - Arquitetura/Dirmam/SEMAM

Verônica Lima - Gerente da GOPA - Dirmam/SEMAM

Colaboração

Eduardo Amorim - Gerente da GOPE/GPA/Emlurb/SSP

Fernando Bivar - Gerente da GOSF/GPA/Emlurb/SSP

Iêda Moura - Supervisora GRANB/PSA/DVS/SS

Jussara Leite – Técnica GGA/Dirmam/SEMAM

Luiz Henrique Alves - Assessor/Instituto da Cidade/SCDUO

Nívia Carla Lima - Gerente da GRANB/PSA/DVS/SS

Diagramação

Alyson Carneiro

Apresentação

Como parte das atividades comemorativas da Semana de Meio Ambiente de 2010, a Prefeitura do Recife através da Secretaria de Meio Ambiente apresenta à sociedade a primeira versão do Plano de Arborização da Cidade do Recife, para ser submetido à discussão com a sociedade civil organizada, conforme determinado pela Lei Municipal nº 16.680, de 06 de agosto de 2001.

A realização do Plano faz parte do conjunto de propostas apresentadas na Plataforma de Governo 2008, garantida na elaboração do Plano Plurianual 2010 – 2013.

O documento foi elaborado pela Secretaria de Meio Ambiente, sob a coordenação da Diretoria de Meio Ambiente e envolveu a participação de técnicos e gerentes, além das Secretarias de Serviços Públicos, através da Empresa de Limpeza e Manutenção Urbana; de Saúde, através do Programa de Saúde Ambiental; e de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obras, através do Instituto da Cidade Pelópidas Silveira.

Com efeito, o Poder Público Municipal com a apresentação deste Plano Municipal de Arborização, dá um importante passo para a consolidação da melhoria da qualidade do ambiente urbano, através da arborização dos espaços públicos e privados da Cidade.

O Plano de Arborização da Cidade do Recife ora apresentado vem preencher uma lacuna nos procedimentos técnicos e para que se integrem as ações presentes dos diversos órgãos da administração municipal.

1. Fundamentos do plano de arborização urbana

1.1 Finalidade

O Plano de Arborização Urbana do Município do Recife instituído pela Lei Municipal n.º 16.680, de 06 de agosto de 2001, tem por finalidade orientar a ação pública no desempenho das atividades de planejamento, plantio, monitoramento, avaliação e conservação da arborização urbana, contribuindo para a biodiversidade, equilíbrio ambiental e climático, bem-estar da população e a constituição da paisagem urbana.

1.2. Princípios

O Plano de Arborização Urbana do Recife se valerá dos princípios contidos na Política de Meio Ambiente do Recife, expressos nas Leis Municipais N°s 16.243/1996 e 17.511/ 2008, respectivamente, o Código do Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico da Cidade do Recife e o Plano Diretor do Município do Recife, e demais instrumentos normativos e jurídicos que tratem da arborização urbana da Cidade.

1.3 Objetivo

O Plano, para o alcance de sua finalidade, tem como objetivo a elaboração das diretrizes, estratégias e normas para a arborização urbana, tendo em vista a proteção e a ampliação das áreas verdes da cidade.

1.4 Benefícios da arborização urbana

São considerados benefícios básicos da Arborização Urbana do Recife:

I. a elevação da qualidade ambiental na Cidade;

II. a produção de alimento e oferta de abrigo para a fauna residente;

III. a oferta de sombra e amenização da temperatura, atuando como regulador das trocas gasosas e de vapores d'água e como conseqüência favorece o seqüestro de carbono e promove a ação refrigerante para o solo e para as camadas da atmosfera sobrejacentes;

IV. a minimização da poluição atmosférica;

V. o suporte à indicação biológica dos tipos de poluição do ar;

VI. a atenuação dos ruídos, contribuindo para a redução da poluição sonora;

VII. o embelezamento das paisagens urbanas, com a sua valorização como elemento cultural;

VIII. a manutenção do equilíbrio ambiental e o favorecimento das relações humanas e do bem-estar social;

IX. a produção de biomassa com potencial para aproveitamento energético;

X. a valorização econômica dos imóveis.

1.5 Diretrizes gerais

São diretrizes do Plano de Arborização Urbana da Cidade do Recife:

I. Melhoria da qualidade do ambiente urbano, através da arborização dos passeios públicos, das áreas livres passíveis de arborização e das áreas institucionais.

II. Promoção do aumento do número dos indivíduos arbóreos, em especial, nos bairros da Cidade que apresentam déficit de arborização, conforme a Lei Municipal nº 16.680/2001, nas unidades protegidas, nos logradouros e imóveis públicos, e nos conjuntos habitacionais de interesse social;

III. Ampliação do número de Imóveis de Proteção de Área Verde, visando inclusive à preservação do arboreto em propriedade privada;

IV. Criação de mecanismos de incentivos ao plantio, preservação e conservação do arboreto urbano, em especial, nas áreas privadas;

V. Edição de normas técnicas para a adequada produção de mudas, plantio, manejo e manutenção da arborização urbana;

VI. Aplicação efetiva da legislação, com vistas a proteger e ampliar o arboreto urbano nas áreas públicas, em especial, nas obras e serviços de infra-estrutura urbana;

VII. Promoção da integração e gestão compartilhada, de forma solidária e complementar, respeitando as atribuições de cada órgão, com os setores administrativos municipais gestores do meio ambiente, da manutenção urbana ambiental, da defesa civil, da saúde, do planejamento e controle urbano;

VIII. Implantação da gestão e controle dos recursos financeiros decorrentes da comercialização da produção de mudas, visando à geração de receitas, de forma suplementar, para a sustentação dos viveiros florestais municipais e do plantio do arboreto urbano em áreas públicas;

IX. Elaboração do Cadastro do Arboreto Urbano, priorizando as áreas públicas, de base censitária e amostral desenvolvido em plataforma digital a partir do Sistema de Informação Geográfica, contemplando as condições gerais dos indivíduos, seu valor estético e ou histórico-cultural, as condições fitossanitárias, os danos físicos e a adequação ao local, com as devidas recomendações técnicas.

X. Inserção do treinamento para produção de mudas e técnicas de plantio, no programa de capacitação e geração de emprego do município, visando à geração de empregos verdes voltados a arborização, recuperação de áreas de preservação permanente e reflorestamentos;

XI. Promoção de capacitação técnica para o aperfeiçoamento dos gestores e servidores municipais envolvidos com a Arborização Urbana;

XII. Elaboração de materiais informativos, preferencialmente digitais, para veiculação na internet, explicitando a importância da Arborização Urbana e da preservação das áreas verdes do Recife;

XIII. Divulgação de toda ação pública de Arborização Urbana, visando informar e sensibilizar a população;

XIV. Estabelecimento de parcerias com os diversos setores da sociedade civil organizada, com o objetivo da responsabilidade compartilhada;

XV. Criação de Câmara Técnica de Arborização Urbana, ou semelhante, no Conselho Municipal de Meio Ambiente, para acompanhamento e controle social da implementação do Plano de Arborização Urbana;

XVI. Criação de bosques urbanos em imóveis vazios, subutilizados e demais áreas degradadas do tecido urbano, utilizando-se dos instrumentos do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor;

XVII. Estruturação de política de captação de recursos financeiros para ampliação da cobertura vegetal da Cidade a partir dos mecanismos institucionais e financeiros construídos para o controle das emissões dos gases de efeito estufa;

XVIII. Proteção da rede hídrica estrutural e dos mananciais através do plantio de espécies nativas ao longo dos cursos d'água, nascentes, fundos de vale e cabeceiras de drenagem;

XIX. Consideração da arborização urbana, da reserva de áreas para a constituição de áreas verdes e da manutenção de áreas não impermeabilizadas quando do planejamento da ocupação de novas áreas urbanas e da instalação dos conjuntos habitacionais de interesse social;

XX. Priorização da manutenção de arboreto, ao invés da adoção do serviço de poda ou remoção, quando da elaboração de projetos para instalação de equipamentos públicos, em vias públicas;

XXI. Criação de Corredores Ecológicos conectando áreas verdes através da arborização de eixos viários.

2. Estratégias de implementação do plano de arborização

2.1. Quanto à estruturação

O Plano de Arborização Urbana da Cidade do Recife terá como principal estratégia de implementação a estruturação de dois programas distintos para execução da Arborização Urbana, que se constituirá da seguinte forma:

I. Programa de Planejamento e Plantio – Conterá diagnóstico, dispondo dos indicadores do déficit da arborização e de necessidades das regiões para plantio; procedimentos técnicos para a coleta de sementes, produção de mudas, plantio; modelo cadastral para mudas e plantios; e indicação das espécies adequadas para cada situação.

II. Programa de Monitoramento, Avaliação e Conservação da Arborização Urbana – Conterá os procedimentos técnicos adequados para a manutenção e conservação do arboreto; procedimentos e modelos cadastrais do monitoramento e da avaliação do arboreto urbano; plataforma digital cadastral baseado no Sistema de Informação Geográfica.

2.2 Quanto as Unidades Territoriais

2.2.1 O Plano adotará a divisão das regiões político-administrativas (RPA), para efeito de formulação, execução, monitoramento e avaliação do arboreto urbano, integrando-se ao modelo de planejamento governamental.

2.2.2 De forma complementar será adotado as bacias hidrográficas composta pelos rios Capibaribe, Beberibe e Tejió.

2.2.3 As áreas verdes protegidas da cidade em conjunto com as vias públicas comporão prioridade no manejo e plantio arbóreo, visando sua conservação e a ampliação do número dos indivíduos arbóreos. Para tanto será considerado as seguintes unidades territoriais, expressas pelo zoneamento, setores e áreas:

I. Zonas de Ambiente Natural:

- Zan Orla;
- Zan Capibaribe;
- Zan Beberibe;
- Zan Tejió.

II. Setores de Sustentabilidade Ambiental:

- SSA 1;
- SSA 2.

III. Unidades Protegidas:

- Jardim Botânico;
- Unidade de Conservação da Natureza;
- Unidade de Conservação Paisagem;
- Unidade de Equilíbrio Ambiental (Parques, Praças, Imóveis de Proteção de Áreas Verdes, Árvores Tombadas e Refúgios Viários).

2.3 Quanto às Regiões Fitogeográficas do Recife

2.3.1 As zonas fitogeográficas do Recife são compostas pela do litoral e da mata, e subdividas pelas suas Unidades Ambientais dos Morros, das Planícies, Litorâneos (subzonas marítima, da praia e das restingas), e Aquáticos (subzona dos Manguezais);

2.3.2 A arborização da cidade deverá estar condicionada à adequada distribuição do arboreto, segundo as zonas fitogeográficas do Recife, tendo em vista as suas Unidades Ambientais;

2.4 Quanto aos instrumentos

2.4.1 Instrumentos Econômicos

A Semam, em conjunto com a Secretaria Municipal de Finanças, deverá promover estudos de viabilidade para implantação de mecanismos econômicos visando ao incentivo do plantio e à conservação do arboreto urbano em áreas privadas.

2.4.2 Instrumentos Legais

2.4.2.1 O Plano de Arborização Urbana tem como principais normativos as Leis Municipais nºs 16.243/1996, 16.680/2001 e 17.511/2008.

2.4.2.2 Como estratégia para possibilitar o adequado manejo da Arborização Urbana será constituída a regulamentação da Lei Municipal nº 16.680/2001; e a edição do Manual Técnico de Arborização Urbana do Recife, visando orientar e instrumentalizar a ação pública no desempenho das atividades de planejamento, plantio, monitoramento, avaliação e conservação do arboreto urbano;

2.5 Quanto ao desenvolvimento de pesquisa do Arboreto Urbano

O principal instrumento de pesquisa é o Inventário do Verde que possibilitará o censo do arboreto urbano e o seu cadastramento com informações de localização, estado e evolução. O Inventário do Verde constitui a base de informações que possibilitará orientar as intervenções de produção de muda, plantio, manejo e conservação do arboreto urbano.

2.6 Quanto à educação, capacitação e comunicação

2.6.1 Serão condicionadas, previamente ou concomitantemente, ações de Educação Ambiental nas regiões adjacentes às vias públicas, quando estas receberem plantio de arboreto urbano.

2.6.2 Deverá ser previsto, prioritariamente, ações de Educação Ambiental nas escolas municipais, com vistas a sensibilizar os alunos, professorado e agentes públicos quanto aos cuidados e proteção do arboreto urbano.

2.6.3 Realização de capacitação para os Agentes de Saúde Ambiental e Combate a Endemias - ASACE'S, sobre proteção ambiental dos espaços arborizados, visando o aprimoramento da atuação ambiental e a disseminação da cultura, nas comunidades, de proteção da arborização.

2.6.4 Deverá ser estabelecida parceria com as Universidades no sentido de dispor de estudos atualizados sobre o arboreto urbano e o intercâmbio de experiências e conhecimentos.

2.6.5 Campanha de divulgação, em mídia televisiva, internet, e jornais de grande circulação no município, visando a propagação dos benefícios da arborização e orientações para os cuidados e proteção do arboreto, bem como informe dos telefones para orientação e fiscalização ambiental.

2.7 Quanto às ações da Vigilância Ambiental

2.7.1 Divulgar informações na comunidade sobre o plano de arborização, observando locais onde haja resistência ou necessidade de sensibilização.

2.7.2 Identificar locais com plantio irregular de espécies em áreas não adequadas.

2.7.3 Identificar locais com necessidade de podas e orientar moradores em como proceder, acionar órgãos responsáveis.

2.7.4 Incentivar a comunidade para o plantio de mudas e indicar a forma adequada de plantio de espécimes e locais adequados.

2.7.5 Colaborar na proteção dos locais com árvores tombadas, observando o estado de conservação.

2.7.6 Identificar locais com fontes de poluição prejudicial ao meio ambiente e à saúde coletiva para os órgãos competentes através do PSA (encaminhar a demanda através do boletim intersetorial do PSA).

2.7.7 Fazer levantamento das unidades de serviços da Secretaria de Saúde que possam ser arborizados e sensibilizar os profissionais de Saúde sobre a importância de uma cidade mais verde e as consequências do desmatamento.

2.8 Quanto às metas

2.8.1 As metas gerais do Plano de Arborização Urbana são:

- I. Reverter o quadro de deficiência de arborização, através da correção do seu déficit;
- II. Elevação da cobertura vegetal arbórea da cidade, priorizando as regiões onde ela é mais escassa.

2.8.2 As metas específicas, estabelecidas a partir de dados estimados do déficit de arborização, são:

- I. Produzir 42.000 mudas anuais, nos viveiros municipais, sendo 20.000 destinadas aos novos plantio; 6.000 ao replantio; 6.000 aos Programas Especiais e 10.000 para renovação dos estoques para os anos subsequentes;
- II. Realizar o plantio de 100.000 mudas em 5 anos, ou seja 20.000 novos plantios por ano, estimando-se assim o atendimento da necessidade de arborização expressos pelo déficit da arborização;

3. Programas de arborização urbana

3.1 Programa de planejamento e plantio

3.1.1 Recomendações Gerais:

3.1.1.1 Serão considerados como elementos essenciais no planejamento da arborização:

- I. as áreas a serem plantadas, replantadas e mantidas, com seus respectivos cronogramas e orçamentos;
- II. a lista das espécies mais recomendadas, para cada área, composta predominantemente de frutíferas e, preferencialmente, de nativas da região;
- III. as condições físicas, naturais e artificiais a serem consideradas, observando os fatores bióticos mais relevantes para cada área;
- IV. o nível de qualidade das mudas e dos serviços.

3.1.1.2 Precede à elaboração de projetos de arborização:

- I. a consulta aos órgãos responsáveis pelo licenciamento de obras e instalação de equipamentos em vias públicas;

II. o levantamento de informações relativas a vegetação existente;

III. as instalações e equipamentos;

IV. os mobiliários urbanos, subterrâneos e aéreos;

V. a sinalização em geral; e

VI. o espaçamento de passeios, calçadas, canteiros, recuo das edificações.

3.1.1.3 Recomenda-se que, na elaboração de projetos em vias públicas, face as interferências entre os equipamentos públicos e a arborização, deverá ser ponderada preliminarmente a possibilidade de readequação desses equipamentos, ao invés da adoção precipitada de serviços de poda ou remoção.

3.1.1.4 Os canteiros centrais, de preferência, não devem ser impermeabilizados, a não ser nos espaços destinados à travessia de pedestres e à instalação de equipamentos de sinalização e segurança.

3.1.1.5 Para as ruas de pedestres e calçadas, devem ser elaborados projetos específicos, os quais devem ser analisados pelos órgãos competentes.

3.1.1.6 Todo projeto de arborização deverá conter cronograma de atividades o qual será acompanhado pela equipe técnica do órgão responsável, seja este projeto de execução por profissionais dos quadros da PCR ou por serviços terceirizados, contratados na forma prevista em lei.

3.1.1.7 Constarão do projeto específico os termos e a periodicidade de apresentação de relatório ambiental, sobre a realização das atividades de execução e manutenção, além do estabelecido no plano de arborização, constando ainda o registro fotográfico onde evidencie o resultado da execução e manutenção.

3.1.1.8 A SEMAM, através de sua equipe técnica de Arborização Urbana, deverá acompanhar todo o período de execução da obra/serviço, com detalhamento em cronograma de atividades que contemple desde a implantação do canteiro de obras até o prazo final para a sua entrega.

3.1.1.9 Em volta das árvores plantadas deverá ser adotada uma área permeável, seja na forma de canteiro, faixa ou piso drenante, que permita a infiltração de água e a aeração do solo.

3.1.1.10 As dimensões recomendadas para essas áreas não impermeabilizadas, sempre que as características dos passeios ou canteiros centrais o permitirem, deverão ser de 2,0m² para árvores de copa pequena (diâmetro em torno de 4,0m) e de 3,0m² para árvores de copa grande (diâmetro em torno de 8,0m).

3.1.1.11 O espaço livre mínimo para o trânsito de pedestre em passeios públicos deverá ser de 1,20m, conforme NBR 9050/94.

3.1.1.12 O manual técnico de arborização deverá conter, em especial, parâmetros para a arborização de passeios em vias públicas e para a arborização de áreas livres públicas.

3.1.2 Definição das espécies

3.1.2.1 Quanto à definição da espécie é essencial que se escolha aquelas de crescimento lento, e de baixo incremento médio anual (ima), e que apresentem folhas persistentes, boa formação de copas e raízes profundas. As árvores de crescimento rápido normalmente apresentam constituição frágil e com má formação anatômica, quebrando facilmente com a ação do vento. Além disso, devem ser consideradas as exigências naturais de cada espécie, como luminosidade, vento, solo e umidade.

3.1.2.2 Quanto às copas, deve-se dar preferência aquelas que dêem boa sombra sem dificultar o arejamento local, com formato que não interfira na iluminação nem na fachada de prédios de valor artístico, histórico ou cultural. As formas mais conhecidas, como colunar, cônica, elíptica, umbeliforme, globosa, flabeliforme, caliciforme, pendente, irregular, devem ser escolhidas e empregadas como verdadeiros componentes da paisagem.

3.1.2.3 A diversidade florística da vegetação é outro aspecto que deve ser observado, pois reduz o ataque de pragas e doenças e mantém as características naturais das formações nativas da região.

3.1.2.4 As espécies a serem utilizadas e seus locais específicos de instalação devem ser pormenorizadas em projeto executivo com a localização exata de plantio, o porte das mudas, assim como o tamanho dos berços de plantio, a maneira correta de preparo e a forma do canteiro definitivo.

3.1.2.5 Preferencialmente, as espécies devem ser escolhidas segundo os seguintes critérios:

- I. ser espécie nativa da vegetação local;
- II. estar adaptada ao clima e ao local destinado;
- III. ter porte adequado ao espaço disponível;
- IV. apresentar tronco único e copa bem definida;
- V. ter raízes profundas e sistema radicular adequado;
- VI. não apresentar princípios tóxicos nem alérgicos;
- VII. ter cerne rígido, caule e ramos resistentes;
- VIII. dar frutos pequenos e silvestres;
- IX. ter forma e tamanho de copa compatíveis com o espaço disponível;
- X. dar flores vistosas, pouco suculentas e com cores vivas;
- XI. ter folhas preferencialmente pequenas e não coriáceas;
- XII. não possuir espinhos ou acúleos;
- XIII. apresentar rusticidade;
- XIV. não necessitar de poda freqüente;

XV. apresentar resistência ao ataque de cupins, brocas ou agentes patogênicos.

3.1.2.6 A utilização de novas espécies, ou daquelas que se encontra em experimentação, e ainda de espécies que produzam frutos comestíveis pelo homem, deve ser objeto de projeto específico, devendo seu desenvolvimento ser monitorado e adequado às características do local de plantio.

3.1.2.7 A diversidade de espécies do arboreto público deve sempre se retratar nos índices das floras arbóreas da região, não devendo ser inferior a 06 espécies por quadra, nem superior a 10%, de forma a reduzir os riscos de perda por problemas fitossanitários, e favorecer o aumento da avifauna e a manutenção do equilíbrio ecológico.

3.1.2.8 A lista de espécies será apresentada em anexo, visando orientar o plantio na Cidade, tendo em vista a seguinte classificação:

I. Espécies de pequeno a médio porte para plantio sob fiação em condições de condução específica, com largura de passeios limitados a 1,5m;

II. Espécies de médio e grande porte para passeios maiores de 1,5m;

III. Espécies para plantios em praça, parques, e refúgios viários;

IV. Espécies para plantio em áreas privadas;

V. Espécies para plantio em UCN, UCP e Área de Preservação Permanente - APP;

VI. Espécies para plantio em morros;

VII. Espécies para plantio na orla.

3.2 Programa de monitoramento, avaliação e conservação da arborização urbana

3.2.1 Este programa será desenvolvido na segunda fase do Plano, tendo em vista que o Programa de Planejamento e Plantio assume prioridade, visando à reversão do quadro de déficit de arborização.

4. Gestão do plano

4.1 Instâncias de Gestão – Atribuições e competências

4.1.1 Compete à Secretaria de Meio Ambiente - SEMAM, através de suas unidades administrativas:

I. normatizar as questões técnicas relativas à Arborização Urbana, em conjunto com a Emlurb.

II. elaborar o planejamento das atividades relativas à Arborização Urbana, em conjunto com a Emlurb;

III. atualizar, anualmente, os programas abrangidos pelo Plano de Arborização Urbana, em conjunto com a Emlurb;

IV. realizar e manter atualizado, anualmente, o Inventário do Arboreto Urbano do Recife, em conjunto com a Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana - Emlurb;

V. autorizar as podas, supressões, compensações, e transplântio, quando não resultarem em prejuízo para a arborização;

VI. exercer a Fiscalização Ambiental no processo de Arborização Urbana do Recife;

VII. controlar a produção e a distribuição de mudas para arborização e paisagismo;

VIII. propor a exploração dos espaços visuais gerados pela Arborização Urbana.

4.1.2 Compete à Secretaria de Serviços Públicos, através da Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana - Emlurb:

I. executar os novos plantios e realizar as manutenções do arboreto urbano, nas áreas de domínio público, em concordância com o Plano de Arborização Urbana;

II. executar as podas, supressões, compensações e transplântio nos logradouros e passeios públicos, mediante autorização da SEMAM;

III. emitir Laudos Técnicos específicos sobre a supressão e poda de qualquer indivíduo vegetal, encaminhando as respectivas solicitações à SEMAM, que se manifestará favorável ou não;

IV. produzir mudas para a arborização urbana e para a composição do paisagismo, em conjunto com a SEMAM;

V. participar do planejamento das ações e atividades relativas à arborização urbana;

VI. elaborar os programas e seus respectivos projetos executivos relativos ao Plano de Arborização Urbana.

4.2 Acompanhamento e Controle Social

4.2.1 O órgão colegiado e deliberativo responsável pelo acompanhamento da implementação do Plano de Arborização será o Conselho Municipal de Meio Ambiente – Comam;

4.2.2 O Comam em conjunto com a Semam poderá organizar consultas públicas para a definição de prioridades de intervenção através do Orçamento Participativo e quando em Zonas Especiais de Interesse Social, através do PREZEIS.

5. Glossário

5.1 Para os fins disposto neste plano, para efeito da prática da arborização urbana do Recife, consideram-se:

I. Arboreto urbano: coleção de árvores, palmeiras e arbustos da cidade, existentes em áreas públicas e privadas, com fins de sombreamento, embelezamento, produção de alimentos, e melhoria da qualidade ambiental.

II. Arborização urbana: conjunto de procedimentos e ações, que visa defender, recuperar, preservar e promover a qualidade de vida pela harmonização do arboreto urbano.

III. Biodiversidade: variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo os ecossistemas e os complexos ecológicos de que fazem parte.

IV. Espécie Nativa: é aquela que ocorre naturalmente em uma determinada área geográfica.

V. Espécie Exótica: é aquela que ocorre fora de sua área original de distribuição.

VI. Inventário: é a quantificação e qualificação de uma determinada população através do uso de métodos de contagem e de técnicas de abordagem.

VII. Manejo ou manutenção: são as intervenções aplicadas à arborização, mediante o uso de técnicas específicas, com o objetivo de mantê-la, conservá-la e adequá-la ao ambiente.

VIII. Muda: indivíduo vegetal jovem, cultivado em recipiente adequado e com técnica própria, de forma a assegurar as melhores condições físicas, fitossanitárias e de desenvolvimento.

IX. Paisagem: configuração assumida por diferentes objetos e atributos físicos, naturais e artificiais, distribuídos sobre um determinado espaço em sua continuidade visual ou observável, sujeita às mudanças que os processos sociais ali presentes determinem ou condicionem.

X. Paisagem urbana: é a síntese dos objetos, atributos e relações que dão forma e expressão ao espaço físico, econômico e social do ecossistema natural para constituir o habitat humano.

XI. Qualidade de vida: estado caracterizado pelo atendimento das necessidades de sobrevivência e desenvolvimento de uma determinada comunidade, capaz de assegurar aos seus componentes saúde física e bem-estar psico-social.

6. Legislação

Legislação vigente sobre arborização urbana na Cidade do Recife:

Lei nº 14.571 de 10 de agosto de 1983

Ementa: Institui o cajueiro como árvore oficial da Cidade do Recife e dá outras providências.

Lei nº 15.072 de 08 de junho de 1988

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a declarar patrimônio municipal e imunes de cortes as árvores consideradas de preservação necessária por sua localização, raridade, beleza ou condição de portamento.

Lei nº 16.243 de 13 de setembro de 1996

Ementa: Código do Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico da Cidade do Recife

Lei nº 16.348 de 17 de dezembro de 1997

Ementa: Torna obrigatório o plantio de vegetação nativa de Mata Atlântica da região de Pernambuco

em todos os logradouros públicos da Cidade do Recife.

Lei nº 16.680 de 06 de agosto de 2001

Ementa: Dispõe sobre o Plano de Arborização Urbana do Município do Recife e dá outras providências.

Lei nº 17.113 de 20 de setembro de 2005

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da reserva de áreas verdes nos estacionamentos que especifica, e dá outras providências.

Lei nº 17.367 de 23 de outubro de 2007

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade ao Poder Executivo, quando do plantio de árvores, que no mínimo seja 40% de árvores frutíferas e dá outras providências.

Lei nº 17511 de 29 de dezembro de 2008

Ementa: Promove a revisão do Plano Diretor do Município do Recife.

Decreto nº 24.510 de 22 de maio de 2009

Ementa: Estabelece critérios para tombamento de árvores e palmeiras no território municipal e dá outras providências.

Lei nº 17.666/ de 16 de dezembro de 2010

Ementa: Disciplina sobre a arborização Urbana no Município do Recife e dá outras providências.